

**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO
JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PAULO GLEYSON DANTAS

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Estudo de caso na empresa
Energisa Mato Grosso S/A**

Juína-MT

2017

**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO
JURUENA**

PAULO GLEYSON DANTAS

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Estudo de caso na empresa
Energisa Mato Grosso S/A**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis, da Faculdade AJES - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Prof. Esp. Antonielle Pagnussat.

Juína-MT

2017

**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO
JURUENA**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Linha de Pesquisa: Análise das Demonstrações Contábeis

DANTAS, Paulo Gleyson. **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**: estudo de caso da empresa Energisa Mato Grosso S/A. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, Juína-MT, 2017.

Data da defesa: 21/11/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Esp. Antonielle Pagnussat

ISE/AJES

Membro Titular: Profa. Esp. Jaqueline Marques da Silva

ISE/AJES

Membro Titular: Prof. Me. Ricardo Zamperetti

ISE/AJES

Local: Associação Juinense de Ensino Superior

AJES – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena

AJES – Unidade Sede, Juína-MT

DECLARAÇÃO DE AUTOR

Eu, Paulo Gleyson Dantas, portador da Cédula de Identidade – RG nº 24473936 SSP/MT, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF sob nº 048.073.021-08, DECLARO e AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica, didática ou técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Estudo de caso na empresa Energisa Mato Grosso S/A, pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e ao autor.

Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referência à fonte e ao autor.

Juína, 21 de novembro de 2017.

Paulo Gleyson Dantas

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao nosso grande e belo Pai, pelos momentos em que a Fé teve que ser o nosso principal sustento, e o colo veio dos autos, os conselhos vieram nos ouvidos, o coração acalmado nas noites sem dormir.

Agradeço de coração a todos que estiveram comigo, a paciência da minha família e amigos, em especial minha companheira que pretendo estar pela vida toda Jéssika Sanches por passarem junto comigo os momentos de desespero e perdoarem a minha ausência em alguns momentos de suas vidas.

Agradeço a minha orientadora, que juntos descobrimos coisas que só a faculdade oferece, e cada um do seu lado, tendo a vivência de aula e compartilhamento de sonhos e metas, que este possa ser o primeiro de muitos trabalhos que irão receber sua orientação.

Agradeço também ao Salatiel Blanco e sua equipe de trabalho, por sempre terem a paciência para nos ensinar, orientar e ajudar na execução dos trabalhos acadêmicos.

Agradeço ao meu grande amigo Edmarcos Felizardo, que é meu irmão agora, pois compartilhamos a família dele em quase todos os momentos e a qual sempre me deu apoio também.

DEDICATÓRIA

Este trabalho gostaria de dedicar a todos que de maneira direta e indireta contribuíram para a realização do mesmo, dedicá-lo a minha família e amigos que sempre estiveram comigo.

*Levantarei os meus olhos para os montes,
de onde vem o meu socorro. O meu socorro
vem do Senhor que fez o céu e a terra. Não
deixará vacilar o teu pé; aquele que te
guarda não tosquenejará.*

Salmos 121:1-8 (Bíblia Sagrada)

RESUMO

A Contabilidade trabalha para prover seus usuários com informações que sejam relevantes para a tomada de decisão. A Análise das Demonstrações Contábeis tem se mostrado uma poderosa ferramenta para a geração de informações. Tais informações geradas pela referida análise contribuem para usuários internos e externos que necessitam conhecer a realidade econômica e financeira de uma empresa. Entre os usuários externos podemos citar principalmente fornecedores e instituições financeiras que são os principais financiadores de qualquer tipo de negócio. Este trabalho tem o objetivo de apontar a situação econômica e financeira da empresa Energisa Mato Grosso S/A, através da Análise de suas Demonstrações Contábeis. Foram utilizados o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 2015 e 2016. A metodologia utilizada na pesquisa parte de um estudo de caso com viés qualitativo e descritivo que está fundamentado no levantamento bibliográfico. Foram feitas as análises horizontais e verticais, estrutura de capitais, indicadores de liquidez e de rentabilidade. Através do estudo, utilizando-se dos indicadores para a elaboração da pesquisa, chegou-se a informação de que a empresa possui bons números que demonstram sua capacidade de se manter no mercado, com liquidez e margem de lucro satisfatória.

Palavras-chave: Contabilidade, análise das demonstrações, profissional contábil, contabilidade brasileira.

ABSTRACTS

Accounting works to provide its users with information that is relevant to decision making. The Analysis of Financial Statements has proven to be a powerful tool for generating information. Such information generated by said analysis contributes to internal and external users who need to know the economic and financial reality of a company. Among external users we can mention mainly suppliers and financial institutions that are the main financiers of any type of business. This work has the objective of pointing out the economic and financial situation of the company Energisa Mato Grosso S/A, through the Analysis of its Financial Statements. The balance sheet and income statement for the years 2015 and 2016 were used. The methodology used in the research is based on a case study with a qualitative and descriptive bias that is based on the bibliographic survey. Horizontal and vertical analyzes, capital structure, liquidity and profitability indicators were made. Through the study, using the indicators for the elaboration of the research, the information arrived that the company has good numbers that demonstrate its capacity to remain in the market, with liquidity and a satisfactory profit margin.

Key words: Accounting, analysis of the statements, professional accounting, brazilian accounting.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço Patrimonial Energisa Mato Grosso (Ativo)	52
Tabela 2 - Balanço Patrimonial Energisa Mato Grosso (Passivo)	53
Tabela 3 - Demonstração de Resultado do Exercício Energisa Mato Grosso	57
Tabela 4 - Indicadores de Liquidez	59
Tabela 5 - Indicadores Estrutura de Capital	60
Tabela 6 - Indicadores de Rentabilidade	61
Tabela 7 - Índice de Capital de Giro	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura Balanço Patrimonial	27
Quadro 2 - Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício	33
Quadro 3 - Representação da Análise Realizada.....	56

LISTA DE SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
AC	Ativo Circulante
AH	Análise Horizontal
ANC	Ativo Não Circulante
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
AT	Ativo total
AV	Análise Vertical
BMF&BOVESPA	Bolsa de Valores - Mercadorias e Futuros
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
FEA/USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP)
FIPECAFI	Fundação Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IRFS	International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Contabilidade)
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
LS	Liquidez Seca
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
PC	Passivo Circulante
PL	Patrimônio Líquido
PNC	Passivo Não Circulante
PT	Passivo total
ROA / ROI	Retorno sobre o Investimento ou Ativo
ROE	Retorno sobre patrimônio líquido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 REFERENCIAL TEÓRICO	17
1.1 CONTABILIDADE – HISTÓRIA E AVANÇOS	17
1.1.1 Contabilidade ciência da informação.....	18
1.1.2 Conceitos e finalidades	18
1.1.3 Campos de atuação	20
1.1.4 A nova contabilidade brasileira.....	21
1.2 CONVERGÊNCIAS ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (NBC, IRFS, CPC)	22
1.2.1 Criação do Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC)	23
1.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	24
1.3.1 Balanço Patrimonial	26
1.3.1.1 Ativo.....	27
1.3.1.1.1 Ativo circulante	28
1.3.1.1.2 Ativo não circulante	28
1.3.1.2 Passivo	29
1.3.1.2.1 Passivo circulante	30
1.3.1.2.2 Passivo não circulante	30
1.3.1.3 Patrimônio Líquido.....	31
1.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	32
1.3.2.1 Receitas	33
1.3.2.2 Despesas	34
1.3.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)	35
1.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	35
1.3.4.1 Atividades operacionais	36
1.3.4.2 Atividades de investimentos	36

1.3.4.3 Atividades de financiamentos.....	37
1.3.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA).....	37
1.3.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	38
1.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	38
1.4.1 Análise Horizontal	39
1.4.2 Análise Vertical	39
1.4.3 Indicadores de Liquidez	40
1.4.3.1 Liquidez Corrente (LC)	40
1.4.3.2 Liquidez Seca (LS)	41
1.4.3.3 Liquidez Imediata (LI)	41
1.4.3.4 Liquidez Geral (LG)	42
1.4.4 Estrutura de Capitais.....	42
1.4.4.1 Endividamento	43
1.4.4.2 Composição do Endividamento.....	43
1.4.5 Margem Líquida	44
1.4.6 Retorno sobre o Investimento (ROA ou ROI)	45
1.4.7 Retorno sobre Patrimônio Líquido.....	45
1.4.8 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro.....	46
1.4.9 Giro do Ativo	46
2 METODOLOGIA.....	48
2.1 QUANTO AOS MEIOS.....	48
2.1.1 Pesquisa Qualitativa.....	48
2.1.2 Pesquisa Descritiva.....	49
2.2 QUANTO AOS FINS	49
2.2.1 Pesquisa Bibliográfica	49
2.2.2 Estudo de Caso.....	50
2.2.2.1 Coleta de Dados	50

3 ESTUDO DE CASO (ANÁLISE DOS DADOS)	51
3.1 DESCRIÇÃO DA EMPRESA ESTUDADA	51
3.2 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL	52
3.3 INDICADORES DE LIQUIDEZ	59
3.4 ESTRUTURA DE CAPITALIS	60
3.5 INDICADORES DE RENTABILIDADE	61
3.6 CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO OU CAPITAL DE GIRO	62
3.7 PARECER DA ANÁLISE	62
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

Atualmente o ramo empresarial está cada vez mais competitivo e pode-se notar que as entidades buscam periodicamente reduzir seus custos e realizar o aumento de suas receitas. Desta forma, a contabilidade se destaca como ferramenta essencial, que gera informações para que os usuários possam tomar decisões pautadas na real situação econômica e financeira da empresa. Mesmo assim, no Brasil, a contabilidade ainda não alcançou o status que merece, conforme cita Favero *et al* (2011, p. 26) “enquanto nos Estados Unidos a Contabilidade é vista como instrumento vital para o gerenciamento das organizações, no Brasil a Contabilidade ainda não atingiu esse *status*”.

A escrituração contábil deixou de ser a única prioridade, hoje os profissionais devem criar bom relacionamento com seus clientes. A partir disto a contabilidade deve prestar informações para a tomada de decisões às entidades de forma clara e objetiva para que assim sejam realizados negócios de forma segura.

Segundo Martins *et al* (2014, p. 2), “...a contabilidade se destinava ao dono do patrimônio que desejava medir e controlar as variações ocorridas na sua riqueza, ou seja, a contabilidade nasceu por uma necessidade gerencial. (...)” Na atualidade a contabilidade não se destina somente aos registros dos fatos contábeis, nota-se outras técnicas e novas normas para o exercício da profissão, sendo um bom exemplo disto, a análises das demonstrações contábeis.

Conforme descreve a literatura, é necessário que o empresário se convença da importância da contabilidade como ferramenta de gestão, e esse convencimento só acontece quando de fato o mercado exige que a empresa seja cada vez mais eficiente. Este estudo buscou embasamento teórico para mostrar aos leitores que é possível fazer a leitura da saúde financeira de uma empresa, mesmo não estando inserido em seu contexto interno. Dessa forma, a questão que se levantou foi a seguinte: “Qual é a situação econômica e financeira da empresa Energisa Mato Grosso S/A nos anos de 2015 e 2016?”.

Para responder ao problema de pesquisa, foram estabelecidos objetivos. Tais objetivos contribuem para apresentar o que se busca no presente trabalho, ou seja, onde se pretende chegar com a pesquisa. O objetivo geral da pesquisa é analisar a

situação econômica e financeira da empresa, tendo como base o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 2015 e 2016. Além disso, para corroborar com o estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica, para elaborar o referencial teórico que embasa o estudo de caso.

Através destas informações, na elaboração das análises financeiras de acordo com os resultados apurados, a pesquisa fornece conhecimento teórico e prático aos envolvidos, e comprova a aplicação das técnicas contábeis ao analisar a empresa. O trabalho também contribuiu para a formação acadêmica, tendo em vista que sua publicação servirá de base para futuras pesquisas e elaboração de artigos.

A importância deste trabalho para a empresa e leitores, são os resultados obtidos que podem auxiliar na tomada de decisão, e compreender a forma em que os indicadores contribuem para o processo e desenvolvimento das empresas como um todo.

A análise financeira e econômica foi feita utilizando-se somente o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício dos anos de 2015 e 2016. Para tanto serão utilizados os seguintes indicadores: análise vertical e horizontal, capital circulante líquido, índices de liquidez, margem de lucro sobre as vendas, giro do ativo, retorno sobre o investimento, retorno sobre o patrimônio líquido. Salienta-se aqui que existem outras Demonstrações Contábeis e outros indicadores que não foram contemplados no estudo e que também podem contribuir para a definição da situação econômica e financeira das empresas.

O presente trabalho está distribuído em 05 (cinco) capítulos, sendo que o primeiro apresenta a introdução ao tema tratado, o segundo apresenta o referencial teórico, no terceiro capítulo são apresentados os métodos de pesquisa, no quarto capítulo encontra-se o estudo de caso e a análise dos resultados e no quinto e último capítulo encontra-se a conclusão da pesquisa.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico tem a finalidade de expor e demonstrar. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 248) “Parte principal do corpo da tese. Descreve o desenvolvimento e apresenta os resultados obtidos”.

1.1 CONTABILIDADE – HISTÓRIA E AVANÇOS

No decorrer dos anos, a contabilidade teve uma crescente evolução, obteve ao longo do tempo descobertas notórias e que contribuíram para os esclarecimentos quanto ao seu surgimento, segundo Sá (2010) antes que os homens primitivos no início da civilização humana soubessem a escrever, tiveram a necessidade de realizar seus registros, usaram a arte para expressar esses efeitos.

Conforme a colocação de Sá (2010, p. 22):

Com o uso de sua arte, o homem primitivo passou a evidenciar riqueza patrimonial que detinha, em inscrições nas paredes das grutas (onde produziu pinturas) e também em pedaços de ossos (por meio de riscos ou sulcos), utilizando-se dos instrumentos de que já dispunha. SÁ (2010, p. 22)

As informações existentes na época eram representadas por meio de gravuras, que tinham a intenção de demonstrar o patrimônio e suas variações. Assim, Favero *et al* (2011) relata que os registros que tiveram uma maior relevância na história da contabilidade e que demonstram a existência da mesma, aconteceram na Suméria, onde a civilização egípcia e a civilização pré-helênica utilizavam métodos contábeis rústicos.

Os relatos apontam que a contabilidade se manteve sempre em constante evolução, tal qual Sá (2010, p. 49) afirma que “... o grande desenvolvimento teórico em Contabilidade acelerou-se nos últimos 200 anos, em diversas partes do mundo, embora, ainda, e até hoje, o pragmatismo, o empirismo, continue a possuir defensores”.

No momento atual, a contabilidade transparece o que foi escrito a décadas pelos autores, tem-se falado sempre na evolução dos métodos contábeis, como por

exemplo a criação dos pronunciamentos técnicos, com a finalidade de levar eficiência e melhor regulamentação das normas contábeis.

1.1.1 Contabilidade ciência da informação

O desenvolvimento das informações contábeis acompanhou a evolução da sociedade, atendendo assim a demanda de prestar o devido registro a seus usuários, de acordo com Favero *et al* (2011, p. 33) “A contabilidade desenvolveu-se de acordo com as necessidades de informações da sociedade”.

Afirma também que “...à medida que se procurava atender aos requisitos de informações dos usuários, desenvolviam-se novas teorias no sentido de proporcionar condições para o controle do patrimônio e a tomada de decisões”. A partir dos fatos e registros contábeis as informações levantadas contribuem para a tomada de decisão de seus usuários.

Para Crepaldi (2013, p. 18) “A ampliação do leque dos usuários potenciais da contabilidade decorre da necessidade de uma empresa evidenciar suas realizações para toda a sociedade”. Assim Crepaldi (2013) apresenta que a contabilidade realiza o levantamento de dados e transforma os mesmos em relatórios e demonstrações contábeis que serão utilizados por seus usuários internos e externos contribuindo assim, para uma tomada de decisão que seja mais aproximada do acerto em relação a suas transações.

Segundo Szuster *et al* (2013, p. 17) “... a Contabilidade também se estrutura para fornecer diferentes tipos de informações”. Menciona que as informações devem ser passadas aos usuários internos, como também os externos. Assim a extração de informações que os métodos contábeis realizam através das ferramentas a serem apresentadas neste trabalho, contribui para a elaboração de bases com um certo grau de segurança, conforme relatam os autores.

1.1.2 Conceitos e finalidades

A contabilidade aqui descrita é uma ciência que estuda e registra os fatos. Para Sá (2010. p. 46) “...a contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos

patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

Segundo Crepaldi (2013) a Contabilidade é um recurso da parte administrativa que tem por finalidade controlar o patrimônio, apurar seu resultado e prestar tais informações a seus usuários.

Assim, para Szuster *et al* (2013, p. 15) “A contabilidade é a ciência social que tem por objetivo medir, para poder informar, os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades”. Pode-se notar que a contabilidade é norteada pelas variações do patrimônio, sendo o objeto de atuação.

A definição do objeto da contabilidade é o patrimônio, para Crepaldi (2013), e para Szuster *et al* (2013) a informação de maior importância para as entidades e para a contabilidade é o patrimônio, onde se acompanha as suas variações pelos períodos em que o mesmo fica em posse da organização. De acordo com Sá (2010, p. 60) o patrimônio “...é um conjunto impessoal de meios e recursos materiais e imateriais, existentes em determinado momento, visando à satisfação das necessidades da atividade de uma célula social”.

Desta maneira, a contabilidade tem um papel de trabalho sobre o patrimônio, e seu objetivo é claro sobre seus aspectos, e o controle se faz essencial. Para Szuster *et al* (2013) a contabilidade tem como seu maior item o fornecimento de informações para a elaboração de controle e planejamento do patrimônio, apresentando a situação econômica e financeira de uma empresa. Nota-se a relevância das informações na contabilidade, por meio de registros objetivos e verdadeiros.

Conforme coloca Crepaldi (2013, p. 6) a Contabilidade possui os principais sistemas de controle de informações, assim:

Com a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos etc. CREPALDI (2013, p. 6)

Desta maneira, nota-se que a partir da emissão dos relatórios aos usuários, a contabilidade permite que sejam realizadas as análises das demonstrações

contábeis e assim possam ser executados investimentos através do planejamento e tomada de decisões. Crepaldi (2013) descreve o planejamento como uma segunda finalidade, onde o as informações que as análises proporcionam, desvendam as condições para o crescimento, como também as necessidades de redução de custos ou despesas.

1.1.3 Campos de atuação

Com os avanços tecnológicos e sociais, a contabilidade se destaca como uma das profissões mais promissoras no meio empresarial, como apresentado por Favero *et al* (2011, p. 9) “...percebe-se que a contabilidade é uma área de conhecimento cuja evolução sempre esteve associada ao desenvolvimento das atividades mercantis, econômicas e sociais”.

Segundo a equipe de professores da FEA/USP (2010, p. 1):

A Contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja este pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc., tem um campo de atuação muito amplo. FEA/USP (2010, p. 1)

Dentre os ramos da contabilidade que poderiam ser destacados, sobressai a este, o profissional da análise e demonstrações contábeis, segundo Martins *et al* (2014, p. 3) “...é um verdadeiro detetive! Ele emprega suas habilidades para tirar conclusões sobre a realidade econômico-financeira da entidade, as quais vão subsidiar o processo decisório dos usuários na tomada de decisões”.

Para tal profissão sendo o analista contábil, de acordo com Martins *et al* (2014) possui o objetivo de extrair informações sobre os dados contábeis para que assim seja elaborado um relatório para a tomada de decisões a seus usuários. Assim torna-se na atualidade uma das profissões mais relevantes para o mundo contábil.

De acordo com Crepaldi (2013) os usuários da contabilidade em sua maioria têm algumas de suas necessidades comuns atendidas pelos relatórios de demonstrações contábeis. Tal fato torna a capacidade do usuário importante, e o

mesmo deve trabalhar de forma objetiva sobre as demonstrações contábeis, pois os eventos passados dos quais se tem as informações poderão contribuir para projeções futuras, conforme o mercado financeiro em que a entidade está inserida presente.

1.1.4 A nova contabilidade brasileira

No Brasil a contabilidade tem sua evolução de forma distinta, de acordo com Favero *et al* (2011) as metodologias utilizadas foram duas, aplicadas no desenvolvimento do conhecimento contábil, sendo a primeira com base na escola italiana e a segunda à escola americana. Ambas as escolas com seus estudos já sendo desenvolvidos nos seus respectivos continentes, e assim o Brasil inicia seus ensinamentos com os métodos da escola italiana, de maneira predominante.

De acordo com Iudícibus (2006, p. 41) "...o Brasil foi inicialmente influenciado pela escola italiana". Para Iudícibus, as paixões e discussões sobre as escolas foram mais ativas no Brasil.

Segundo Favero *et al* (2011) com a implantação de empresas norte-americanas e inglesas no Brasil, começou-se então a despargir os métodos contábeis utilizados por tais empresas, com esta situação introduziu-se também organizações de auditoria que mais tarde favoreceram para desqualificar os profissionais formados na escola italiana.

Conforme destaca Iudícibus (2006, p. 41):

[...] a Contabilidade no Brasil evoluiu sob a influência da escola italiana, não sem aparecerem traços de uma escola verdadeiramente brasileira, até que algumas firmas de auditoria de origem anglo-americana, certos cursos de treinamento em Contabilidade e Finanças, oferecidos por grandes empresas [...]. IUDÍCIBUS (2006, p. 41)

A consequência desta ocupação da escola norte-americana, como Favero *et al* (2011) apresentam, foi a inadequação e desinteresse da escola italiana, assim abrindo espaço para que os métodos deles fossem aplicados evidenciando a contabilidade no Brasil.

O autor Iudícibus (2006) destaca que, conforme as empresas de auditoria anglo-americana aplicavam seus métodos contábeis como parâmetro, começou a

existir influência que foi mencionada como uma “americanização” do entendimento das normas e procedimentos de Contabilidade.

Conforme colocado por Favero *et al* (2011) a escola italiana tomada como base a teoria do débito e crédito, inicialmente surgem os fatos contábeis e logo devem ser registrados para a formação das demonstrações contábeis. Assim Favero *et al* (2011, p. 25) destaca que “...o que tornava a escola italiana desmotivadora é que se os alunos não entendem a teoria do débito e do crédito nos primeiros meses de aula, poderão ter dificuldades de acompanhar o curso até o final”.

Segundo Ludícibus (2006, p. 47) “...a partir de 1920, aproximadamente, se inicia a fase de predominância norte-americana dentro da Contabilidade, também auxiliada pelo poderio econômico e político do grande país irmão...”.

Outro fato que apresentam Favero *et al* (2011) é que no Brasil se tem excessiva dificuldade para desenvolver modos de ensinamentos de fácil entendimento teórico aos alunos em relação a prática contábil requerida, de acordo com os ensinamentos da escola italiana.

Para o autor Ludícibus (2006, p. 42), o que tornou a mudança da cultura da contabilidade no Brasil, sobre a teoria da escola italiana, foi a introdução das empresas de auditoria norte-americanas, assim os profissionais brasileiros que tiveram contato com este conhecimento mudaram sua forma de pensar e aplicar nas outras escolas.

1.2 CONVERGÊNCIAS ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (NBC, IRFS, CPC)

Muito embora desde 1920 a contabilidade brasileira tenha começado a seguir a escola norte-americana, somente em 1976 é que a legislação se adequou e trouxe parâmetros e normas para o exercício da profissão no país. A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conhecida como Lei das S.A. trouxe embasamento para os profissionais, bem como para os usuários da contabilidade.

No Brasil as mudanças aconteceram a passos lentos, e somente no ano de 2007, através da Lei de nº 11.638, foram promovidas algumas alterações e revogações na redação da Lei nº 6.404/76. Essas alterações ocorreram como

primeiro passo para o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

As mudanças aprovadas tiveram seu maior impacto na elaboração e publicação das demonstrações contábeis, como forma de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IRFS), uma vez que a contabilidade não abdicou de suas normas, o processo é de conciliação com as IRFS.

Segundo Marion (2012, p. 49) “Com a chegada da Lei nº 11.638/07 observamos a ênfase num modelo internacional de lei societária”. Desta forma realizando melhorias nas demonstrações contábeis, pode-se relacionar as seguintes alterações. De acordo com Martins *et al* (2013, p. 05) “[...] a Demonstração dos Fluxos de Caixa passou a compor o elenco das demonstrações obrigatórias, em substituição à Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos”. Marion (2012) apresentou a nova estrutura que o balanço deve ser apresentado, como a criação do grupo de contas de intangíveis no permanente, ajustes a valor presente e outros.

1.2.1 Criação do Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC)

Com o início da globalização da contabilidade internacional, e a padronização das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) com as IRFS, surge então a necessidade de apresentar as normas contábeis na forma de interpretações e orientações, de modo eficiente. De acordo com FEA/USP (2010, p. 11) O “[...] Comitê produz Pronunciamentos, Interpretações e Orientações a partir das Normas Internacionais emanadas do IASB, que é o órgão internacional para qual estão em processo de convergência [...]”.

As mudanças que objetivaram a padronização também foram necessárias para mudar o modo de pensar dos profissionais contábeis. Conforme apresenta Guerra (2015) o processo de transformação é capaz de produzir informações contábeis para o país de maneira grandiosa, porém, destaca que tais mudanças são pequenas, ou seja, “meramente formais” e assim coloca que o modo de pensar dos profissionais é que terão as mudanças significativas, pois são os que aplicam os conhecimentos contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC) é constituído pela junção de representantes dos preparadores de demonstrações contábeis, contadores, auditores independentes, dos usuários das informações contábeis, e dos principais órgãos reguladores do Brasil. FEA/USP (2010, p. 11) “Os órgãos que compõe o CPC são Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores - Mercadorias e Futuros (BMF&BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Os pronunciamentos técnicos são em sua maioria uma tradução da norma internacional, isso facilita o processo de convergência. Há inúmeros pronunciamentos contábeis criados para auxiliar os profissionais da contabilidade, dentre eles, o pronunciamento técnico de número 00. O mesmo trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiro, ou seja, a realização dos processos e relatórios contábeis deve estar enquadrada neste CPC, mesmo que de uma forma ampla, uma vez que há outros pronunciamentos que podem detalhar as normas para o processo ou relatório em questão como o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Quanto ao CPC 26 o mesmo trata das estruturas de cada relatório contábil, aponta as normas que devem ser seguidas pelos usuários que fornecem informações contábeis a outras entidades. As demonstrações obrigatórias para empresas de capital abertas são: O Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, conforme item 10 do CPC 26.

1.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis possuem objetivos claros quanto as suas funções e apresentam todas as informações apuradas no período pela entidade. Crepaldi (2013) relata que a finalidade das demonstrações contábeis é de

apresentar informações sobre as variações patrimoniais e financeiras a seus usuários, para as devidas avaliações e tomadas de decisões.

Conforme pronunciamento técnico CPC 26 (R1) item 9:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 (R1) ITEM 9

Segundo Martins *et al* (2014, p. 13) “A Estrutura Conceitual foi desenvolvida de forma a ser aplicável a uma gama de modelos contábeis e conceitos de capital e manutenção”. Tal pronunciamento regula a estrutura que devem ser apresentadas as demonstrações contábeis, com a finalidade padronizar a emissão destes relatórios.

O Art. 176. LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976 estabelece que ao fim de cada exercício social, a entidade deverá elaborar, com base na escrituração mercantil da organização, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício, que são elas:

I - balanço patrimonial; II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III - demonstração do resultado do exercício; e IV – demonstração dos fluxos de caixa; V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. O Art. 176. LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

Com a elaboração das demonstrações contábeis ao final do exercício social, as entidades devem sempre manter o padrão de estrutura e nomenclatura de suas contas, segundo Crepaldi (2013, p. 205) “A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente”.

Para Martins *et al* (2014, p. 19) tal fato corresponde a Comparabilidade, que “...é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades e diferenças entre itens de um (sic) mesma entidade ou

entre diferentes entidades”. As demonstrações contábeis serão apresentadas a seguir.

1.3.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial representa a seus usuários uma maneira sucinta de informar os saldos relativos às contas operacionais, divididas por grupos e subgrupos. Para Martins *et al* (2014) o Balanço Patrimonial é uma fotografia da entidade, no momento em que se finaliza o período ou quando se faz necessário.

Favero *et al* (2011, p. 66) apresentam a seguinte definição para o Balanço Patrimonial:

...demonstração que reflete a posição financeira e patrimonial da empresa em dado momento. É a demonstração de maior utilização pelas empresas e tem como finalidade demonstrar a posição de bens, direitos, e obrigações em determinado momento, evidenciando a situação líquida. FAVERO *et al* (2011, p. 66)

Favero *et al* (2011, p. 66) afirmam que o Balanço Patrimonial “É muito importante para a análise da estrutura de capital e da capacidade financeira da empresa”.

Assim conforme pronunciamento conceitual básico CPC 00 (R1) item 4.2 são apresentados os elementos que devem conter no balanço patrimonial:

As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, por meio do grupamento dos mesmos em classes amplas de acordo com as suas características econômicas. Essas classes amplas são denominadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. PRONUNCIAMENTO CONCEITUAL BÁSICO CPC 00 (R1) ITEM 4.2

Para Crepaldi (2013, p. 207) “O balanço patrimonial é um resumo que apresenta os saldos finais das contas do sistema patrimonial”. E isso faz com que se tenha o pensamento de uma imagem da entidade, no momento em que se elabora o balanço patrimonial. A seguir é apresentado a estrutura básica do Balanço Patrimonial de acordo com Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, que passou a ser vigente desde 01-01-2008.

Quadro 1 - Estrutura Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Circulante
Não circulante	Não circulante
Realizável a Longo Prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimento	Capital Social
Imobilizado	Reserva de Capital
Intangível	(+/-) Ajuste Avaliação Patrimonial
	Reserva de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	(-) Prejuízos Acumulados

Fonte: LEI 11.638

1.3.1.1 Ativo

O grupo do ativo é representado pelas contas nas quais foram aplicados os recursos da entidade, para Martins *et al* (2014, p. 26) “O Ativo é composto pelas contas representativas de bens, direitos e outros recursos da organização que gerem ou ajudem a gerar caixa”.

Segundo Crepaldi (2013) os ativos são a promessa de benefício futuro pelo qual tem o objetivo de gerar de forma direta ou indiretamente, o fluxo de caixa ou equivalentes para a entidade. Conforme pronunciamento conceitual básico CPC 00 (R1) item 4.8:

O benefício econômico futuro incorporado a um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade. Tal potencial pode ser produtivo, quando o recurso for parte integrante das atividades operacionais da entidade. Pode também ter a forma de conversibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou pode ainda ser capaz de reduzir as saídas de caixa, como no caso de processo industrial alternativo que reduza os custos de produção. PRONUNCIAMENTO CONCEITUAL BÁSICO CPC 00 (R1) ITEM 4.8

De acordo com Szuster *et al* (2013, p. 28) “O Ativo aumenta de valor pelo reconhecimento contábil de uma receita, pela obtenção de recursos com terceiros ou com sócios da entidade, ou pela venda de um outro ativo com lucro”.

Ativo, conforme definição do CPC 00 é um recurso controlado pela entidade, do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros.

1.3.1.1.1 Ativo circulante

Para que seja realizada a análise das demonstrações contábeis, necessita-se também apresentar as duas divisões do Ativo. Segundo Martins *et al* (2014, p. 27) “No Ativo Circulante são classificados os itens de maior liquidez, ou seja, aqueles realizáveis (por venda, recebimento ou consumo) no curto prazo, isto é, menos de um ano para as empresas que têm ciclos operacionais iguais ou inferiores a um ano”. Conforme pronunciamento técnico CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis item 66:

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou (d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 (R1) ITEM 66

Segundo Silva (2014) do ativo circulante se espera que seja realizado no ciclo operacional de atividades das empresas, e se mantém na essência de ser comercializado. Assim, enquadra-se tudo aquilo que está no período de atividade e 12 meses após a apresentação do balanço patrimonial.

1.3.1.1.2 Ativo não circulante

Nas contas do ativo não circulante se encontram os ativos que não serão utilizados para a venda, mas que podem auxiliar na geração de recursos, sendo maquinários ou marcas intangíveis, entre outros. Segundo Martins *et al* (2014) o

ativo não circulante representa o grupo de menor liquidez, pois espera de seus ativos realizáveis a longo prazo o retorno de recursos, tais como investimentos, imobilizados e intangível.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis item 67A: “O ativo não circulante deve ser subdividido em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível”.

1.3.1.2 Passivo

O passivo possui a capacidade de gerar recursos a entidade, porém mediante o endividamento com terceiros, para Szuster *et al* (2013, p. 28) “O passivo aumenta de valor pela captação de um empréstimo ou financiamento, pela compra de ativo a prazo ou pelo reconhecimento contábil de uma despesa ainda não paga”. Afirma ainda que “...o Passivo diminui de valor pelo efetivo pagamento ou pelo reconhecimento contábil de uma receita que havia sido recebida antecipadamente, como adiantamento de clientes”. Segundo Martins *et al* (2014, p. 29):

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefício econômico seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará possa ser determinado em bases confiáveis. MARTINS *et al* (2014, p. 29)

Conforme pronunciamento conceitual básico CPC 00 (R1) item 4.15:

Uma característica essencial para a existência de passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente. Uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou de desempenhar uma dada tarefa de certa maneira. As obrigações podem ser legalmente exigíveis em consequência de contrato ou de exigências estatutárias. Esse é normalmente o caso, por exemplo, das contas a pagar por bens e serviços recebidos. Pronunciamento conceitual básico CPC 00 (R1) item 4.15

De acordo com Crepaldi (2013) para que passivo seja classificado, deverá ser uma obrigação presente, decorrente das atividades da entidade. Deve-se observar a importância de tais informações contábeis, para a elaboração das demonstrações contábeis serem de fato verdadeiras e dentro dos padrões da CPC 00.

1.3.1.2.1 Passivo circulante

Classifica-se como passivo circulante as contas de obrigações a curto prazo, assim enquadraram-se as obrigações obtidas dentro do exercício social que vencem em até doze meses após o seu término, conforme Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00).

Para Martins *et al* (2014, p. 30) “No Passivo Circulante estão todas as obrigações cuja liquidação deva ser feita no prazo de um ano, ou no prazo de um ciclo operacional, se este for maior”. O Ciclo operacional mencionado pelo autor, é período que a entidade necessitará para realizar a compra de matéria prima ou produtos, e que terminará com os recebimentos de seus clientes.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis item 69:

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço (ver item 73). Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação. Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.
PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 (R1) ITEM 69

Para o passivo circulante espera-se que seja liquidado no período de atividade operacional da empresa, assim também 12 meses após a elaboração e divulgação do balanço patrimonial.

1.3.1.2.2 Passivo não circulante

O passivo circulante representa na análise de demonstração contábil, o comprometimento com terceiros ao longo prazo. E segundo Martins *et al* (2014, p. 30) “No Passivo Não Circulante estão todas as obrigações cuja liquidação deva ser feita no prazo superior a um ano, ou a um ciclo operacional, se este for maior”.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) item 75:

[...] o passivo deve ser classificado como não circulante se o credor tiver concordado, até a data do balanço, em proporcionar uma dilação de prazo, a terminar pelo menos doze meses após a data do balanço, dentro do qual a entidade poderá retificar a quebra de *covenant* contratual (reenquadramento nos índices de endividamento e cobertura de juros, por exemplo) e durante o qual o credor não poderá exigir a liquidação imediata do passivo em questão. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 (R1) ITEM 75

As operações realizadas pela entidade com duração a mais de vinte e quatro meses são enquadradas como longo prazo, tais como financiamentos utilizados para a aquisição de equipamentos ou fomentar a produção.

1.3.1.3 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é geralmente conhecido por ser a subtração dos ativos menos passivos, podendo ser uma forma errônea interpretada por seus usuários, pois muitas vezes nem sempre é o caso. De acordo com Crepaldi (2013) o patrimônio líquido embora seja definido pelo valor residual dos ativos menos os passivos, pode ter outras subclassificações em seu balanço patrimonial, como por exemplo, recursos aportados pelos sócios e outras reservas para manutenção do capital que podem ser demonstrados separadamente.

Segundo Martins *et al* (2014, p. 31) “O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos”. Outra forma apresentada é de Szuster *et al* (2013) apresentam que o patrimônio líquido é outra maneira de representar a origem de recursos, em que os sócios partilham com a entidade os recursos para investimento inicial e integralização do capital social. O patrimônio líquido a partir da visão dos autores pode ser considerado o investimento inicial da entidade, em que se obterá através do exercício lucro ou prejuízo.

Conforme pronunciamento conceitual básico CPC 00 (R1) item 4.20:

Embora o patrimônio líquido seja definido no item 4.4 como algo residual, ele pode ter subclassificações no balanço patrimonial. Por exemplo, na sociedade por ações, recursos aportados pelos sócios, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas representando ajustes para manutenção do capital podem ser demonstrados separadamente. Tais classificações podem ser relevantes para a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis quando indicarem restrições legais ou de outra natureza sobre a capacidade que a entidade tem de distribuir ou aplicar de

outra forma os seus recursos patrimoniais. PRONUNCIAMENTO
CONCEITUAL BÁSICO CPC 00 (R1) ITEM 4.20

As definições sobre o que é patrimônio líquido estão sendo esclarecida ao longo do tempo, a nova linguagem da contabilidade brasileira vem se conciliando com as IRFS através dos pronunciamentos técnicos, o que torna mais clara a interpretação das normas contábeis.

1.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Ao final de cada exercício social, acompanha-se do balanço patrimonial a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), devem ser elaboradas em conjunto para o complemento de suas informações, e tendo o objetivo de apresentar as receitas e despesas ocorridas no período.

Para FEA/USP (2010, p. 177):

A Demonstração do Resultado do Exercício, elaborada simultaneamente com o Balanço Patrimonial, constitui-se no relatório sucinto das operações realizadas pela empresa durante determinado período de tempo; nele sobressai um dos valores mais importantes às pessoas nela interessadas, o resultado líquido do período, Lucro ou Prejuízo. FEA/USP (2010, p. 177)

Segundo Szuster *et al* (2013, p. 37) “A DRE evidencia, de forma ordenada, todas as receitas auferidas e das despesas incorridas pela entidade durante determinado período, ou seja, a riqueza (resultado) gerada ou não no período”.

De acordo com Favero *et al* (2011, p. 90):

A Demonstração do Resultado do Exercício é um relatório contábil que procura demonstrar o resultado obtido pela entidade em determinado período de tempo através da confrontação entre as receitas e despesas desse mesmo período. FAVERO *et al* (2011, p. 90)

Conforme pronunciamento técnico CPC 26, item 81A, a demonstração do resultado deve apresentar:

(a) o total do resultado (do período); (b) total de outros resultados abrangentes; (c) resultado abrangente do período, sendo o total do resultado e de outros resultados abrangentes. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26, ITEM 81A

A seguir é apresentada a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de acordo com o pronunciamento conceitual básico CPC 26 (R1).

Quadro 2 - Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício

	Receita Bruta
(-)	Deduções (devoluções de vendas, abatimentos e impostos incidentes)
=	Receita Líquida
(-)	Custo das Vendas (de produtos, mercadorias e serviços vendidos)
=	Lucro (ou prejuízo) bruto
(-)	Despesas Operacionais (comerciais, administrativas, financeiras líquidas)
=	Lucro (ou prejuízo) líquido
(+/-)	Outras receitas e despesas
(+/-)	Resultado do exercício antes do Imposto de Renda
(-)	Provisão para imposto de renda/participações (debenturistas, empregados, administradores etc.)
=	Lucro (ou prejuízo) líquido do exercício

Fonte: Braga (2012, p. 84)

Assim, conforme pronunciamento CPC 00 (R1) a demonstração do resultado do exercício, divide-se entre as receitas e despesas da entidade, e se classificam da seguinte maneira:

1.3.2.1 Receitas

As receitas são os recursos derivados da atividade da entidade, sendo por meio de venda ou prestação de serviços. Segundo Martins *et al* (2014) as receitas são reconhecidas pelo crescimento nos benefícios econômicos decorrentes do período contábil, que através de suas entradas de recursos diminuem os seus passivos, e como resultado tem o aumento de seu patrimônio sem que os sócios proprietários da organização precisem realizar aportes.

Conforme pronunciamento conceitual básico CPC 00 (R1):

A definição de receita abrange tanto receitas propriamente ditas quanto ganhos. A receita surge no curso das atividades usuais da entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como vendas, honorários, juros, dividendos, *royalties*, aluguéis. PRONUNCIAMENTO CONCEITUAL BÁSICO CPC 00 (R1)

Desta forma, as receitas em escala são as primeiras a serem incluídas na estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício, seguindo o padrão apresentado na figura acima.

1.3.2.2 Despesas

Despesas são gastos que surgem com objetivo de gerar receita. Segundo Martins *et al* (2014, p. 40) “... as despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimos do patrimônio líquido...”.

O pronunciamento conceitual básico CPC 00 (R1) apresenta a definição de despesa no item 4.33:

A definição de despesas abrange tanto as perdas quanto as despesas propriamente ditas que surgem no curso das atividades usuais da entidade. As despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade incluem, por exemplo, o custo das vendas, salários e depreciação. Geralmente, tomam a forma de desembolso ou redução de ativos como caixa e equivalentes de caixa, estoques e ativo imobilizado. PRONUNCIAMENTO CONCEITUAL BÁSICO CPC 00 (R1)

Ao observar as colocações dos autores com o pronunciamento técnico, as despesas deduzem das receitas os gastos efetivados no período, e ao final se tem o resultado líquido.

Os Custos das Vendas é uma despesa, porém é trada de forma separada devido a sua importância na Demonstração de Resultado do Exercício, conforme apresenta o CPC 00 item 4.33 “As despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade incluem, por exemplo, o custo das vendas, salários e depreciação”.

1.3.3 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

Na DLPA, são apresentadas todas as variações ocorridas sobre os lucros ou prejuízos da entidade, de uma maneira clara e objetiva para o entendimento dos usuários. Segundo Marion (2012) a DLPA seria de forma ideal substituída pela DMPL por ter uma maior riqueza de informações. Para FEA/USP (2010, p. 189):

As causas e os efeitos, dos registros e do saldo, da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, são de grande importância para as pessoas interessadas na empresa. Mostram as retenções de lucros, as distribuições de lucros aos sócios, os ajustes de exercícios anteriores, saldos ainda não destinados etc. FEA/USP (2010, p. 189)

Conforme o Art. 186 § 2º da Lei nº 6.404/76. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial; II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período. ART. 186 § 2º DA LEI Nº 6.404/76

Tais informações apresentadas na DLPA são de interesse dos sócios da entidade, uma vez que desta forma receberão as suas partes no lucro ou devem preparar-se para prejuízos futuros através de reservas.

1.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Nesta demonstração, registram-se todas as entradas e saídas ocorridas no período de atividade no caixa da entidade, apresentando assim as suas respectivas origens e destinos. Segundo Szuster *et al* (2013, p. 119) “A Demonstração dos Fluxos de Caixa mostra as origens e aplicações de caixa, que é a base para a avaliação da situação financeira da empresa e sua capacidade de pagamento das obrigações”.

Conforme pronunciamento técnico CPC 26 (R1):

A informação sobre fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e as necessidades da entidade

para utilizar esses fluxos de caixa. O Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa define os requisitos para a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e respectivas divulgações. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 (R1)

Para Martins *et al* (2014) os usuários das demonstrações contábeis, através da Demonstração dos Fluxos de Caixa podem analisar a disponibilidade da entidade para saldar suas obrigações, e como também a de gerar fluxo de caixa futuro por meio das demais atividades operacionais, como investimentos, taxas de conversões e outros.

A Demonstração de Fluxo de Caixa é dividida em três grupos, conforme descrito por autores da área de conhecimento. Martins *et al* (2014) destacam que os efeitos das transações que interferem nas operações do caixa e nas equivalências de caixa no período estão distribuídas nos seguintes grupos, atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos De acordo com o CPC 03 (R2) item 18, as entidades podem apresentar a DFC se utilizando de dois métodos, sendo o direto com as principais movimentações de entradas e saídas de recursos, e o indireto realizando os ajustes do lucro com as movimentações que não afetaram o caixa.

1.3.4.1 Atividades operacionais

As atividades operacionais segundo Crepaldi (2013) são grandes precursoras da extensão das operações da organização, pois, permite que sejam honradas todas as obrigações a curto prazo, dentro do fluxo e ainda realizar novos investimentos.

Para Martins *et al* (2014, p. 56) “... são as principais atividades geradoras de receita da entidade bem como outras atividades não enquadradas em financiamento ou investimento”. Tais atividades destacadas pelos autores são correspondentes as que geram recursos, como por exemplo, aquisição de mercadorias e pagamentos de funcionários.

1.3.4.2 Atividades de investimentos

As atividades de investimentos podem ser consideradas a partir da integralização de capital, na compra de ativos imobilizados, como para a venda.

Segundo Crepaldi (2013, p. 270) “A divulgação em separado dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento é importante em função de tais fluxos de caixa representarem a extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro”.

De acordo com Martins *et al* (2014) as atividades de cunho de investimentos são as que se referem se a compra de ativo ou venda, também sendo colocada como exemplo as aplicações financeiras realizadas a longo prazo.

1.3.4.3 Atividades de financiamentos

Caracterizam se como atividades de financiamentos aquelas que resultam na variação da composição do capital próprio e de terceiros. Crepaldi (2013) destaca a importância e a utilidade desta atividade, relata que atende a necessidade de fluxo futuro por parte de fornecedores.

Para Martins *et al* (2014, p. 56) “... são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e endividamento da entidade”. Inclui como exemplo os empréstimos e financiamentos a longo prazo tomados no período.

1.3.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A seguinte demonstração trata das riquezas geradas pela entidade. Segundo Martins *et al* (2014, p. 67) “... a DVA evidencia o valor adicionado pela entidade, deduzindo das suas receitas os custos dos recursos obtidos de terceiros”. Conforme pronunciamento técnico CPC 09 que trata da Demonstração do Valor Adicionado:

5. A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas. 6. A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma: (a) pessoal e encargos; (b) impostos, taxas e contribuições; (c) juros e aluguéis; (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; (e) lucros retidos/prejuízos do exercício. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 09

De acordo com Crepaldi (2013) a DVA deve ser elaborada com base nas demonstrações já consolidadas pela entidade, para evidenciar a participação dos sócios não controladores.

1.3.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A DMPL trata as variações ocorridas no patrimônio, de acordo com os saldos incorridos no período, assim desenvolve um papel de suma importância no quadro de demonstrações contábeis. Segundo Szuster *et al* (2013, p. 116) “A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido informa a movimentação ocorrida nas contas do PL a partir do saldo final de cada contado exercício anterior – Capital Social, Reservas de capital, Reservas de Lucros, Prejuízos Acumulados”.

Conforme é apresentado no pronunciamento técnico CPC 26 (R1):

A entidade deve apresentar a demonstração das mutações do patrimônio líquido conforme requerido no item 10. A demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui as seguintes informações: (a) o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores; (b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva [...]. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 (R1)

Desta maneira, o pronunciamento regula a estrutura e conteúdo das demonstrações de DMPL no âmbito geral, sendo que cada entidade terá seu grupo de conta. O objetivo é obter clareza na apresentação dos dados da entidade, para que os usuários internos como também os fornecedores possam compreender as operações de funcionamento.

1.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O conhecimento que se tem das análises das demonstrações contábeis, é a certeza da sua importância de acordo com seus objetivos. Segundo Martins *et al* (2014, p. 4) “O objetivo da análise depende do usuário, porque cada usuário demanda um tipo específico de informação”.

Para Ludícibus (1998) a análise deve ser compreendida de maneira cautelosa, dentro das possibilidades e limitações desta técnica, e assim é mais apontado falhas do que soluções, e destaca que para fins de controle é altamente recomendado.

1.4.1 Análise Horizontal

Para que sejam realizadas as análises horizontais, deve-se ter em mente a possibilidade de haver parâmetros para que se possa comparar um relatório perante outro, ou de maneira específica, ou seja, comparando um grupo de contas com outro e assim por diante. Segundo Silva (2014) a análise horizontal também é conhecida pelo fato de analisar tendências, em questão de aumentos ou redução de valores de contas e grupos de contas apresentadas em uma demonstração contábil ao longo de períodos.

$$\frac{\text{Valor da conta no período de análise}}{\text{Valor da conta no período de comparação}} \times 100$$

Fonte: Silva (2014)

De acordo com Assaf neto (2007, p. 115) “A análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais”. Tem a finalidade de apresentar a situação de evolução ou queda dos valores de contas ou grupo de contas, auxiliando as tomadas de decisões.

1.4.2 Análise Vertical

As análises verticais são realizadas por meio da demonstração em que está sendo realizado o estudo, pois desta forma se confronta o valor de cada conta com o total do relatório. Segundo Martins *et al* (2014, p. 109) “A análise vertical é realizada mediante a extração de relacionamentos percentuais entre itens pertencentes à demonstração financeira de um mesmo período”. O seu respectivo cálculo se baseia na regra de três, onde se confronta o valor de uma conta com o valor de base.

$$\frac{\text{Conta (ou grupo de contas)}}{\text{Ativo total (ou Passivo total)}} \times 100$$

Fonte: Silva (2014)

Para Szuster *et al* (2013) a análise vertical tem por objetivo apresentar a estrutura patrimonial, onde a demonstração tem como total 100%, e logo suas contas pertencentes serão correlacionadas para se obter a respectivas porcentagens.

1.4.3 Indicadores de Liquidez

O estudo dos indicadores de liquidez permite aos usuários da contabilidade obter informações sobre determinada entidade, em que se buscam os dados. As informações prestadas através das fórmulas são capazes de informar a situação financeira da organização pesquisada. Segundo Assaf *neto* (2007, p. 189) “Os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros”.

Braga (2012) apresenta que as avaliações de liquidez têm o objetivo de evidenciar a capacidade financeira das empresas, comparadas a suas exigibilidades e sendo uma das ferramentas mais importantes da contabilidade interna.

A partir disto, se tem as análises específicas ao utilizar os seguintes indicadores mencionados a seguir.

1.4.3.1 Liquidez Corrente (LC)

Para o indicador de liquidez corrente, se obtém a informação da capacidade financeira da empresa de fomentar seu capital de giro em curto prazo. Segundo Assaf *neto* (2007, p. 190) “A liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada \$ 1 de dívida a curto prazo”.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Silva (2014)

Interpretação: Quanto maior, melhor.

De acordo com Braga (2012) por este indicador, entende-se que a empresa deverá apresentar o valor monetário em quantidade maior que 1 (um) real para liquidar suas dívidas a curto prazo.

1.4.3.2 Liquidez Seca (LS)

O indicador de liquidez seca apresenta a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas, com a conta de maior valor de seu ativo circulante, de forma que se tenha tal valor em espécie seja em caixa ou banco/aplicações. De acordo com Assaf Neto (2007, p. 190) “O quociente demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem salgadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante”.

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Silva (2014)

Interpretação: Quanto maior, melhor.

Para Braga (2012) a conta estoques localizada no ativo circulante sobre inúmeras variações em relação a suas saídas, assim deve-se retirar a mesma para o cálculo, pois necessariamente é a prova real da empresa, apresentando a capacidade de pagamento a curto prazo utilizando seus recursos alocados no disponível.

1.4.3.3 Liquidez Imediata (LI)

O indicador de liquidez imediata trata-se da porcentagem de dívidas a curto prazo da entidade, confrontada com os seus valores presente na conta disponível do Balanço Patrimonial. Para Assaf Neto (2007, p. 190) “Revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente”.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Silva (2014)

Interpretação: Quanto maior, melhor.

De acordo com Braga (2012) tal índice revela a quantidade de numerário que se detém em caixa e banco para honrar compromissos imediatos, e assim a entidade também poderá optar em deixar uma quantidade na conta disponível para controlar estas situações adversas.

1.4.3.4 Liquidez Geral (LG)

O indicador de liquidez geral tem a finalidade de apresentar a capacidade de financeira de liquidar todas as suas obrigações incluídas em seu passivo, se utilizando de todos os valores em seu ativo. Para Assaf Neto (2007, p. 147) “Este quociente indica a capacidade financeira da empresa para solver todos os compromissos para com seus credores de curto e longo prazos (passivo)”.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Fonte: Silva (2014)

Interpretação: Quanto maior, melhor.

Braga (2012) apresenta que, o indicador de liquidez geral tem por objetivo revelar a capacidade da entidade de liquidar suas dívidas de curto e longo prazos, e possui também a finalidade de medida de segurança para o mercado econômico, onde a organização não poderá ter valor monetário abaixo de \$ 1.

1.4.4 Estrutura de Capitais

A estrutura de capitais tem como objetivo apresentar aos usuários da contabilidade os quocientes de endividamento da entidade, e assim demonstrar a composição de endividamento da organização. Para Ludícibus (2017, p. 109) “São

quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros”.

Segundo Martins *et al* (2014) os índices que se devem utilizar para realizar a análise das demonstrações contábeis devem ter relações com as origens dos recursos da entidade, sendo próprio ou de terceiros, assim com o objetivo de apresentar a informação de qual recurso a empresa está se mantendo para a realização de suas atividades.

1.4.4.1 Endividamento

O indicador de endividamento se baseia em saber, quanto a entidade possui de capital próprio, com relação ao seu passivo total sendo o capital de terceiros. Para Assaf neto (2007, p. 165) “Mostra o quanto a empresa tomou de empréstimo para cada \$ 1 de capital próprio aplicado”.

Martins *et al* (2014, p. 139) ainda apresenta a fórmula para obter o valor do indicado:

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Fonte: Silva (2014)

Interpretação: Quanto menor, melhor.

De acordo com Martins *et al* (2014, p. 139) “O índice de endividamento mostra quanto a empresa tem de dívidas com terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) para cada real de recursos próprios (patrimônio líquido) ”.

1.4.4.2 Composição do Endividamento

O indicador de composição do endividamento tem como finalidade informar aos analistas contábeis o quanto a empresa possui de endividamento no curto e longo prazo em relação a dívida total, favorecendo a visão geral do passivo circulante e passivo não circulante. Para Martins *et al* (2014, p. 140) “Para analisar a solvência de uma entidade, é importante conhecer os prazos de vencimentos de

suas dívidas”. Ou seja, através deste indicador pode-se verificar quanto a empresa possui de dívidas no curto e longo prazo, para fins de planejamentos e tomadas de decisões.

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$$

Fonte: Silva (2014)

Interpretação: Quanto menor, melhor.

Conforme apresenta Ludícibus (2017) as empresas que se utilizam de recursos de terceiros devem observar a finalidade do mesmo, pois para realizar investimento em produção, ou aquisição de equipamentos, a entidade tem a possibilidade de negociar prazos longos para que desta forma tenha condições de amortizar as dívidas, exceto para aquelas que possuem seus recebimentos em curto prazo, tendo assim recursos para liquidar no curto prazo.

1.4.5 Margem Líquida

O indicador de margem líquida confronta os valores do lucro líquido da entidade com as vendas líquidas ocorridas no exercício, este indicador auxilia os analistas contábeis a obter informações quanto ao desempenho das vendas na região. Conforme apresenta Silva (2007, p. 114) “... este índice compara o Lucro Líquido em relação às Vendas Líquidas do período, apresentando o percentual de LUCRATIVIDADE gerado”.

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

Fonte: Silva (2014)

Interpretação: Quanto maior, melhor.

De acordo com Ludícibus (2008) a margem líquida tem como finalidade ser um comparativo entre o lucro com as vendas líquidas, assim para que se possa obter

algum resultado que apresente a situação da empresa quanto ao seu desenvolvimento financeiro.

1.4.6 Retorno sobre o Investimento (ROA ou ROI)

O indicador de retorno sobre o investimento (ROI) apresenta os valores de remuneração obtidos no período sobre seus ativos, com destinação a seus acionistas que investiram na entidade. Segundo Assaf Neto (2007, p. 238) “O numerador da fórmula do ROI – lucro operacional – representa a remuneração gerada aos acionistas (lucro líquido) e credores (despesas financeiras)”.

$$\text{Retorno sobre o Investimento} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Fonte: Silva (2014)

Interpretação: Quanto maior, melhor.

Para Ludícibus (2017) é um indicador de grande importância para a análise de balanço, o mesmo destaca a possibilidade de se calcular através de duas variantes o retorno sobre o investimento, sendo a margem líquida e operacional, com o propósito de se chegar a um quociente.

1.4.7 Retorno sobre Patrimônio Líquido

O retorno sobre o patrimônio líquido é o indicador que representa o ganho ou perda da capacidade de remunerar seu capital investido pelos sócios. Segundo Assaf Neto (2007, p. 239) “O retorno sobre o patrimônio líquido – RSPL representa a taxa de rentabilidade auferida pelo capital próprio da empresa, sendo dimensionado pela relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido, excluído o lucro líquido do próprio exercício”.

$$\text{Retorno sobre o Patrimônio} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio ou Total}} \times 100$$

Fonte: Silva (2014)

Interpretação: Quanto maior, melhor.

Conforme apresenta Ludícibus (2017) destaca a importância deste indicador, pela capacidade de expressar as mudanças em consequência da gestão dos recursos, sendo próprio ou de terceiros que se obtém um resultado em benefícios aos sócios.

1.4.8 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro

O capital circulante líquido para muitos autores é o valor excedentes de suas aplicações permanentes, onde quando seu ativo é maior seu passivo se tem um saldo positivo e caso ocorra o contrário disto, obtém se saldo negativo. Segundo Assaf Neto (2007, p. 170) “O capital circulante líquido é o volume de recursos a longo prazo (permanentes) da empresa que se encontra aplicado no ativo circulante, devendo por conseguinte gerar condições de sustentação e crescimento em suas atividades”.

O capital de giro é conhecido como o recurso que as entidades têm para realizar suas atividades, como a compra de mercadorias para revenda, onde desta forma é financiado o prazo dado aos clientes até o recebimento das vendas.

$$\text{Capital Circulante Líquido} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

Fonte: Silva (2014)

Martins *et al* (2014) apresenta que para uma melhor definição do capital circulante líquido é, o valor da diferença entre o ativo circulante e passivo circulante ou somado aos não circulantes com o patrimônio líquido, ou seja, a diferença destas contas forma o CCL.

1.4.9 Giro do Ativo

O índice de giro do ativo apresenta a relação do quanto a entidade gerou de receita com os valores investidos em ativos. Segundo Martins *et al* (2014, p. 196)

“Esse índice compara as vendas da empresa com o seu investimento. É estabelecida uma relação entre as vendas líquidas e o ativo da entidade”.

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Receitas Líquidas}}{\text{Ativo total}}$$

Fonte: Silva (2014)

Interpretação: Quanto maior, melhor.

De acordo com Assaf neto (2007) o indicador apresenta a quantidade de vezes que o ativo da entidade girou para obter recursos para suas atividades de investimento no ativo.

2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho visa apresentar aos leitores a finalidade e métodos a serem utilizados para que o resultado estabelecido seja alcançado, desta forma, permeia o planejamento estrutural e organizacional do projeto.

Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 204) “A especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois responde, a um só tempo, às questões *como?, com quê?, onde?, quanto?*”.

As perguntas levantadas pelas autoras remetem as respostas a serem obtidas pelas pesquisas a serem executadas, desta maneira nota-se a importância da metodologia no trabalho.

2.1 QUANTO AOS MEIOS

Quanto aos meios, o estudo foi elaborado através das pesquisas qualitativa e descritiva para que fossem extraídas as informações. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 155) “[..] é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

2.1.1 Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa apresenta a maneira de como será alcançado o resultado por meio da exploração dos dados, assim possibilitando que os mesmos sejam analisados e interpretados para a elaboração dos pareceres.

Conforme colocam Lakatos e Marconi (2011), o método qualitativo tem o objetivo de analisar e interpretar os dados das variáveis, de forma detalhada sobre as investigações ocorridas.

2.1.2 Pesquisa Descritiva

A pesquisa descritiva tem como finalidade apresentar a descrição dos dados apurados, desta forma pode-se informar aos leitores de forma clara e objetiva o que realmente será tratado no trabalho.

De acordo com Gil (2009, p. 42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações variáveis”.

Para realização do trabalho, a pesquisa descritiva teve a importância de explicar o caminho que levou a obter os resultados das variáveis e indicadores analisados.

2.2 QUANTO AOS FINS

Quanto aos fins, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso para interpretação das informações extraídas. Conforme apresenta Lakatos e Marconi (2003, p. 45) “[.] encontrar um objeto que mereça ser investigado cientificamente e tenha condições de ser formulado e delimitado em função da pesquisa”.

2.2.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica representa a importância da busca de um conhecimento já existente, ao qual será capaz de solidificar a pesquisa a ser realizada no presente trabalho.

Segundo Severino (2007, p.122) “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc”.

A utilização de tais materiais auxiliou na formação da estrutura e conclusão do trabalho, em decorrência das bibliografias encontradas.

2.2.2 Estudo de Caso

O estudo de caso representa a maneira como o trabalho caminhou, uma vez que a coleta de dados para a análise partiu de uma entidade em atividade no mercado, a partir disto, foram observadas e estudadas, na prática, as informações prestadas.

Segundo Severino (2007, p.121) “Pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”.

2.2.2.1 Coleta de Dados

Os períodos de informações levantadas para estudo compreendem os anos de 2015 e 2016 da empresa ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. As demonstrações utilizadas foram o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

Os indicadores utilizados nesta pesquisa serão: análise horizontal, análise vertical, capital circulante líquido, giro do ativo, endividamento, composição do endividamento, indicadores de liquidez, margem líquida, retorno sobre o investimento e retorno sobre patrimônio líquido.

3 ESTUDO DE CASO (ANÁLISE DOS DADOS)

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 221) “Constituem etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular”. Para a elaboração do estudo de caso foi realizada a busca de informações da empresa Energisa Mato Grosso, distribuidora de energia elétrica no estado de Mato Grosso.

3.1 DESCRIÇÃO DA EMPRESA ESTUDADA

O trabalho apresentado tem como base para estudos a distribuidora de energia privada do estado do Mato Grosso, a mesma compõe o Grupo Energisa que atende treze (13) distribuidoras localizadas em Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná.

O estado de Mato Grosso teve sua primeira usina hidrelétrica em 1928, funcionou até surgir a necessidade do aumento da produção de energia no estado, de maneira obrigatória, tendo como solução a construção de outra usina, em 1958 foi criada a Central Elétrica Mato Grossense, e ao longo dos anos os sistemas de geração, transmissão, transformação e distribuição foram ampliados, interligando boa parte do estado.

Em 1994, o Governo do Estado de Mato Grosso e a Eletrobrás passaram a administrar grande parte do capital aberto da empresa, que em 1997, viria a ser leiloadada e adquirida pelo Grupo Rede, logo após em 2014, a ANEEL aprovou a transferência da gestão da Rede Cemat para o Grupo Energisa.

Através do portal da BM&FBOVESPA e portal Grupo Energisa, foi realizado o levantamento das informações e relatórios financeiros. A companhia tem seu capital aberto, e assim suas ações são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa).

O Grupo Energisa tem como missão “existir para transformar energia em conforto, em desenvolvimento e em novas possibilidades com sustentabilidade, oferecendo soluções energéticas inovadoras aos clientes, agregando valor aos

acionistas e oportunidade aos seus colaboradores”. O Grupo Energisa tem como visão “ser até 2020 uma das melhores e mais respeitadas empresas de energia elétrica no Brasil, atuando em distribuição, transmissão, geração, comercialização e serviços, reconhecida pela qualidade do serviço aos seus clientes, eficiência nas operações e rentabilidade aos acionistas”.

O Grupo possui como valores o Compromisso, Clientes, Pessoas, Resultados, Segurança e a Inovação. A Energisa de Mato Grosso contou com 2.302 colaboradores próprios em 2016 e 2.366 em 2015, somando-se a 827 funcionários terceirizados em 2016 e 237 em 2015. A seguir são apresentadas das análises dos indicadores propostos pelo trabalho.

3.2 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

Balanco Patrimonial e Demonstração de Resultados do Exercício dos anos pesquisados:

Tabela 1 - Balanco Patrimonial Energisa Mato Grosso (Ativo)

BALANÇO PATRIMONIAL ENERGISA MATO GROSSO S/A (Em milhares de reais)					
	2015	AV% 2015	2016	AV% 2016	AH%
Ativo					
Circulante	1.367.317	29,30%	1.512.425	28,38%	10,61%
Caixa e equivalente de caixa	192.754	4,13%	173.495	3,26%	-9,99%
Aplicações financeiras	114.848	2,46%	312.166	5,86%	171,81%
Consumidores e concessionárias	561.588	12,03%	573.391	10,76%	2,10%
Títulos de créditos a receber	-	0,00%	5.278	0,10%	100,00%
Estoques	12.796	0,27%	11.625	0,22%	-9,15%
Tributos a recuperar	67.919	1,46%	95.021	1,78%	39,90%
Instrumentos financeiros derivativos	5.351	0,11%	1.454	0,03%	-72,83%
Ativo financeiro setorial	191.262	4,10%	146.063	2,74%	-23,63%
Outros créditos	220.799	4,73%	193.932	3,64%	-12,17%
Não circulante	3.299.434	70,70%	3.816.688	71,62%	15,68%
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	24.206	0,52%	57.836	1,09%	138,93%
Consumidores e concessionárias	38.781	0,83%	99.462	1,87%	156,47%
Títulos de créditos a receber	16.359	0,35%	18.065	0,34%	10,43%
Tributos a recuperar	46.275	0,99%	38.019	0,71%	-17,84%
Créditos tributários	126.281	2,71%	145.893	2,74%	15,53%
Cauções e depósitos vinculados	12.000	0,26%	10.079	0,19%	-16,01%

Instrumentos financeiros derivativos	2.651	0,06%	-	0,00%	-100,00%
Ativo financeiro setorial	68.316	1,46%	33.021	0,62%	-51,66%
Contas a receber da concessão	1.074.263	23,02%	1.327.640	24,91%	23,59%
Depósitos judiciais	3.086	0,07%	5.632	0,11%	82,50%
Outros créditos	39.864	0,85%	38.269	0,72%	-4,00%
	1.452.082	31,12%	1.773.916	33,29%	22,16%
Investimentos	6.232	0,13%	6.232	0,12%	0,00%
Imobilizado	10.349	0,22%	15.644	0,29%	51,16%
Intangível	1.830.771	39,23%	2.020.896	37,92%	10,38%
Total do Ativo	4.666.751	100,00%	5.329.113	100,00%	14,19%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 2 - Balanço Patrimonial Energisa Mato Grosso (Passivo)

BALANÇO PATRIMONIAL ENERGISA MATO GROSSO S/A (Em milhares de reais)					
	2015	AV% 2015	2016	AV% 2016	AH%
Passivo					
Circulante	1.088.625	23,33%	1.390.232	26,09%	27,71%
Fornecedores	428.471	9,18%	427.144	8,02%	-0,31%
Encargos de dívidas	3.824	0,08%	9.436	0,18%	146,76%
Empréstimos e financiamentos	109.915	2,36%	139.380	2,62%	26,81%
Debêntures	60.630	1,30%	69.996	1,31%	15,45%
Financiamento por arrendamento mercantil	9.471	0,20%	5.778	0,11%	-38,99%
Tributos e contribuições sociais	142.043	3,04%	105.553	1,98%	-25,69%
Parcelamento de impostos	2.897	0,06%	284	0,01%	-90,20%
Dividendos	357	0,01%	20.808	0,39%	5728,57%
Obrigações estimadas	16.748	0,36%	17.803	0,33%	6,30%
Taxa de iluminação pública arrecadada	19.897	0,43%	16.317	0,31%	-17,99%
Encargos setoriais	108.894	2,33%	139.280	2,61%	27,90%
Incorporação de redes	71.200	1,53%	199.000	3,73%	179,49%
Passivo financeiro setorial	84.754	1,82%	199.568	3,74%	135,47%
Bandeiras tarifárias CCRBT	2.071	0,04%	7.944	0,15%	283,58%
Benefícios a empregados	569	0,01%	2.372	0,04%	316,87%
Outras contas a pagar	26.884	0,58%	29.569	0,55%	9,99%
Não circulante	2.228.500	47,75%	2.145.272	40,26%	-3,73%
Fornecedores	312.125	6,69%	195.078	3,66%	-37,50%
Empréstimos e financiamentos	864.733	18,53%	1.207.835	22,66%	39,68%
Debêntures	395.610	8,48%	231.694	4,35%	-41,43%
Financiamento por arrendamento mercantil	37.273	0,80%	27.844	0,52%	-25,30%
Tributos e contribuições sociais	3.288	0,07%	29.534	0,55%	798,24%
Parcelamento de impostos	-	0,00%	212	0,00%	100,00%

Passivo financeiro setorial	24.811	0,53%	53.319	1,00%	114,90%
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	162.152	3,47%	128.006	2,40%	-21,06%
Encargos setoriais	219.815	4,71%	163.553	3,07%	-25,60%
Incorporação de redes	185.162	3,97%	78.618	1,48%	-57,54%
Benefícios a empregados	7.852	0,17%	14.772	0,28%	88,13%
Outros	15.679	0,34%	14.807	0,28%	-5,56%
Patrimônio líquido	1.349.626	28,92%	1.793.609	33,66%	32,90%
Capital social	1.118.910	23,98%	1.469.786	27,58%	31,36%
Reservas de lucros	100.359	2,15%	213.234	4,00%	112,47%
Outros resultados abrangentes	(3969)	-0,09%	(10357)	-0,19%	160,95%
Ajuste de avaliação patrimonial	134.326	2,88%	120.946	2,27%	-9,96%
Total do Passivo	4.666.751	100,00%	5.329.113	100,00%	14,19%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na análise vertical da empresa Energisa Mato Grosso, pode-se notar a princípio que em relação ao seu Ativo Total (AT) a empresa possui 28,38% (AV) de seus valores no Ativo Circulante e 71,62% (AV) em seu Ativo Não Circulante no ano de 2016. No ano de 2015, o Ativo Circulante apresentou o indicador de 29,30% (AV) e 70,70% (AV) de seu Ativo Não Circulante.

Com relação ao ano de 2015, o Ativo Circulante de 2016 aumentou 10,61% (AH) e o Ativo Não Circulante aumentou em 15,68% (AH). O ramo de atividade da empresa é de energia elétrica, o que torna o seu Ativo Não Circulante ser relativamente grande como é apresentado.

A empresa realizou aplicações financeiras no ano de 2015 correspondendo a 2,46% (AV) do Ativo Total e 5,86% (AV) em 2016, sendo um aumento de 171,81% (AH), o crescimento se deu possivelmente decorrente da transferência da conta caixa de -9,99% (AH) de 2015 (AV 4,13% do AT) para 2016 (AV 3,26% do AT) entre outras contas de créditos do Ativo Circulante como “Tributos a recuperar” que aumentou em 39,90% (AH) e rendimentos do Ativo Não Circulante.

A conta que sofreu aumento no Ativo Circulante em ambos os anos foi a “Consumidores e concessionárias” que se refere a venda de energia elétrica aos consumidores finais e concessionárias. No ano de 2015 correspondia ao Ativo Total a 12,03% (AV) e 10,76% (AV) em 2016, assim havendo um crescimento de 2,10% (AH).

No Ativo Não Circulante da empresa são apresentadas contas complementares ao Ativo Circulante para valores a serem realizados a longo prazo. A conta de maior relevância é o seu Ativo Intangível representado por 39,23% (AV) do Ativo Total em 2015, em 2016 tal conta teve um aumento de 10,38% (AH) correspondendo a 37,92% (AH) de seu Ativo Total. O Ativo Não Circulante recebeu diversos investimentos conforme foi apresentado, tendo uma variação de 15,68% (AH) de um período a outro.

A outra conta de maior relevância no Ativo Não Circulante é a “Contas a receber da concessão”, que em 2015 representava 23,02% (AV) do Ativo Total e em 2016 de 24,91% (AV), sendo um aumento de 23,59% (AH). Tal conta trata-se concessão de infraestrutura pública que é remunerada e faz parte dos ativos financeiros relacionados ao contrato, e são classificados como disponíveis para venda.

Houve um aumento significativo na conta “Créditos tributários” de 15,53% (AH), tendo suas correspondências perante o Ativo Total de 2,71% em 2015 e 2,74% em 2016. As contas do Ativo Não Circulante “Aplicações Financeiras” e “Consumidores e Concessionárias” tiveram aumento de mais de 100% de um período a outro.

Quanto ao passivo da empresa, está bem distribuído como o seu ativo, a partir das informações observa-se os percentuais quanto a distribuição do passivo da empresa em relação ao passivo total: Passivo Circulante 23,33% (AV), Passivo Não Circulante 47,75% (AV) e Patrimônio Líquido 28,92% (AV) em 2015. Em 2016 teve aumento em seu Passivo Circulante (AH 27,71%), queda no Passivo Não Circulante (AH -3,73%) e aumento em seu Patrimônio Líquido (AH 32,90%): Passivo Circulante 26,09% (AV), Passivo Não Circulante 40,26% (AV) e Patrimônio Líquido 33,66% (AV).

De acordo com as informações, se tem as contas de maior relevância em 2016 em relação a 2015: “Fornecedores” (AV 8,02% PT 2016) para (AV 9,18% PT 2015), “Passivo financeiro setorial” (AV 3,74% PT 2016) para (AV 1,82% PT 2015), “Incorporações de redes” (AV 3,73% PT 2016) para (AV 1,53% PT 2015), “Empréstimos e financiamentos” (AV 2,62% PT 2016) para (AV 2,36% PT 2015) e “Encargos setoriais” (AV 2,61% PT 2016) para (AV 2,33% PT 2015).

A partir destas informações do passivo, observa-se o aumento do Passivo Circulante e diminuição do Passivo Não Circulante do ano de 2015 para 2016. As contas que tiveram queda no Passivo Circulante foram: “Fornecedores” (AH -031%), “Financiamento por arrendamento mercantil” (AH -38,99%), “Tributos e contribuições sociais” (AH -25,69), “Parcelamento de impostos” (AH -90,20%) e “Taxa de iluminação pública arrecadada” (AH -17,99%) apesar da queda nas contas de obrigações acima, o aumento ocorreu em “Empréstimos e financiamentos” (AH 26,81%), “Dividendos” (AH 5728,57%), “Incorporação de redes” (AH 179,49%).

A empresa obteve aumento em seu Patrimônio Líquido de 32,90% (AH), tendo as contas crescidas de maior relevância a de “Capital social” (AH 31,36%), apresentando em 2015 o percentual de 23,98% de seu Passivo Total e 27,58 em 2016. Outra conta que teve seu aumento considerável foi a “Reservas de lucros” (AH 112,47%), no ano de 2015 representado por 2,15% do Passivo Total e 4% em 2016.

Os investimentos realizados pela empresa foram possíveis em virtude de empréstimos e emissão de debêntures. A seguir tem-se a estrutura do balanço apresentada pelas análises verticais e horizontais, de acordo com o Balanço Patrimonial se teve um aumento de (AH 14,19%).

Quadro 3 - Representação da Análise Realizada

2015		2016	
AC	PC	AC	PC
ANC	PNC	ANC	PNC
Permanente	PL	Permanente	PL

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que a empresa está se mantendo de forma razoável, uma vez que seu capital é aberto e negociado pela bolsa de valores brasileira BM&FBOVESPA,

está sendo controlada dentro dos padrões de mercado conforme pesquisado, a venda de energia elétrica realizada no curto prazo, sendo que o recebimento está dentro dos 90 dias. A seguir temos a Demonstração de Resultado dos Exercícios com os anos de pesquisa de 2015 e 2016:

Tabela 3 - Demonstração de Resultado do Exercício Energisa Mato Grosso

ENERGISA MATO GROSSO S/A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)					
	2015	AV% 2015	2016	AV% 2016	AH%
Receita operacional líquida	3.564.422	100,00%	3.331.068	100,00%	-6,55%
Custo do serviço de energia elétrica	-3.173.253	-89,03%	-2.787.570	-83,68%	-12,15%
Lucro bruto	391.169	10,97%	543.498	16,32%	38,94%
Despesas gerais e administrativas	-105.725	-2,97%	-131.051	-3,93%	23,95%
Outras receitas	8.894	0,25%	25.506	0,77%	186,78%
Outras despesas	-20.444	-0,57%	-65.763	-1,97%	221,67%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	273.894	7,68%	372.190	11,17%	35,89%
Receitas financeiras	151.082	4,24%	173.672	5,21%	14,95%
Despesas financeiras	-355.297	-9,97%	-430.571	-12,93%	21,19%
Despesas financeiras líquidas	-204.215	-5,73%	-256.899	-7,71%	25,80%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	69.679	1,95%	115.291	3,46%	65,46%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	0,00%	-11.423	-9,91%	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-24.433	-35,07%	16.321	14,16%	-166,80%
Lucro líquido do exercício	45.246	1,27%	120.189	3,61%	165,63%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Através da Demonstração de Resultado do Exercício da empresa Energisa Mato Grosso, é possível verificar a queda em sua Receita operacional líquida de 2015 a 2016 de -6,55% (AH), contudo, obteve crescimento significativo em seu “Lucro bruto” de 38,94% (AH) devido à redução de -12,15% (AH) de seu “Custo do serviço de energia elétrica”, em 2015 apresentava -89,03% (AV) e em 2016 -83,68%

(AV). Quanto ao seu “Lucro bruto”, em 2015 representava 10,97% (AV) de sua receita operacional, e 16,32% (AV) em 2016.

As contas de “Outras despesas” apresentaram uma relevância significativa em seu crescimento de 221,67% (AH), e “Despesas gerais e administrativas” 23,95% (AH) em relação a “Outras receitas” que também teve um aumento de 186,78% (AH). Detalhando tais contas, em 2015 “Outras despesas” representava - 0,57% (AV) da receita operacional e em 2016 -1,97% (AV), para “Despesas gerais e administrativas” em 2015 era de -2,97% (AV) para -3,93% (AV), enquanto as “Outras receitas” em 2015 de 0,25% (AV) para 0,77% (AV) em 2016.

A situação acima descrita, favoreceu a elevação do “Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos” de 35,89% (AH), que em 2015 apresentava em relação a sua receita operacional 7,68% (AV) e em 2016 de 11,17% (AV). Observa-se também que, as “Despesas financeiras líquidas” tiveram um aumento de 25,80% (AH) representando -5,73% (AV) em 2015 e -7,71% (AV) em 2016 sobre a receita operacional líquida, contribuindo para o crescimento das “Despesas financeiras de 21,19% (AH) com -9,97% (AV) em 2015 e -12,93% (AV) em 2016.

Comparado a estas despesas a elevação das “Receitas financeiras” teve um aumento de 14,95% (AH), não muito significativo, sendo que em 2015 denota-se o valor de 4,24% (AV) e em 2016 de 5,21% (AV). Porém, a empresa obteve um resultado satisfatório no “Lucro antes dos impostos”, com um aumento de 65,46% (AH), no qual exhibe em 2015 o percentual de 1,95% (AV) e em 2016 de 3,46% (AV).

O “Imposto de renda e contribuição social corrente” que não se constava na Demonstração de Resultado do Exercício no ano de 2015, apresentou o percentual de -9,91% (AV) em 2016, assim um crescimento de -1142400%, no entanto o “Imposto de renda e contribuição social diferido” obteve um crédito fiscal, tendo um aumento de 14,16% (AV) em 2016, apresentou em 2015 o índice de -35,07% (AV).

Mediante aos valores descritos, o “Lucro líquido do exercício” teve um aumento de 165,63% (AH), sendo que em 2015 o lucro representava 1,27% (AV) da receita operacional, passando a ser de 3,61% (AV) em 2016.

3.3 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Tabela 4 - Indicadores de Liquidez

Indicadores de Liquidez - 2015			
Liquidez Corrente	1.367.317	/ 1.088.625 =	1,26
Liquidez Seca	1.354.521	/ 1.088.625 =	1,24
Liquidez Imediata	307.602	/ 1.088.625 =	0,28
Liquidez Geral	4.666.751	/ 3.317.125 =	1,41
Indicadores de Liquidez - 2016			
Liquidez Corrente	1.512.425	/ 1.390.232 =	1,09
Liquidez Seca	1.500.800	/ 1.390.232 =	1,08
Liquidez Imediata	485.661	/ 1.390.232 =	0,35
Liquidez Geral	5.329.113	/ 3.535.504 =	1,51

Fonte: O autor.

A análise dos índices de liquidez, apresenta bons resultados na empresa, assim a liquidez corrente no ano de 2015 apresentou que a empresa possui capacidade de liquidar suas dívidas de curto prazo, em que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida no curto prazo a empresa possui R\$ 1,26 para pagar, tendo uma diminuição no ano de 2016, caindo para R\$ 1,09. Mesmo com tal diminuição a empresa possui capacidade para pagar suas dívidas em ambos os períodos.

O indicador de liquidez seca verifica a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas sem a necessidade de incluir os estoques, desta forma, no ano de 2015 para cada R\$1,00 (um real) de dívidas do curto prazo a empresa possui R\$ 1,24 para saldar e no ano de 2016 sofreu uma diminuição na capacidade de sanar suas obrigações para R\$ 1,08. Contudo, a empresa continua com a sua capacidade em liquidar suas dívidas de curto prazo sem utilizar os estoques.

Para quesito de avaliação da liquidez imediata, indica a capacidade do disponível de uma empresa liquidar suas obrigações de curto prazo. De acordo com os valores descritos na Tabela 4, foi identificado a baixa disponibilidade para sanar as obrigações do curto prazo nos períodos estudados, não sendo uma situação problemática devido que os recursos da empresa não são aconselháveis deixar parado no disponível. Sendo que no ano de 2015, para cada R\$ 1,00 (um real) de dívidas a empresa possui R\$ 0,28 para pagar e no ano de 2016, ocorreu um aumento para R\$ 0,35. Assim pode-se dizer que a empresa não teria condições de

liquidar suas obrigações do curto prazo de forma imediata utilizando suas disponibilidades.

Com o índice de liquidez geral, é possível a empresa honrar com as suas obrigações em longo prazo sem utilizar o seu ativo permanente em um momento de necessidade de encerramento de atividades. No ano de 2015 para cada R\$ 1,00 (um real) de dívidas no longo prazo a mesma terá de recursos em seu ativo para sanar de R\$ 1,41 e no ano de 2016 um aumento para R\$ 1,51, assim favorecendo a empresa.

3.4 ESTRUTURA DE CAPITALIS

Tabela 5 - Indicadores Estrutura de Capital

Indicadores estrutura de capital - 2015	
Grau de Endividamento	$(1.088.625 + 2.228.500) / 1.349.626 = 246\%$
Composição do Endividamento	$1.088.625 / (1.088.625 + 2.228.500) = 33\%$
Indicadores estrutura de capital - 2016	
Grau de Endividamento	$(1.390.232 + 2.145.272) / 1.793.609 = 197\%$
Composição do Endividamento	$1.390.232 / (1.390.232 + 2.145.272) = 39\%$

Fonte: O autor.

Para o Grau de Endividamento, foi obtido como resultado a seguinte situação. A cada R\$ 100,00 (cem reais) de capital próprio, a empresa tomou de capital de terceiros a quantia de R\$ 246,00 no ano de 2015 caracterizando ser elevado, porém este indicador não pode ser definido como ruim, pois o seu endividamento está concentrado no Passivo Não Circulante. O indicador apresentou uma queda no ano de 2016, como pode ser observado na análise horizontal do período de -3,76%, extraindo-se que para R\$ 100,00 (cem reais) de capital próprio a empresa possui R\$ 197,00 de capital de terceiros também concentrados no Passivo Não Circulante.

Quanto a Composição de Endividamento, se tem a capacidade de medir o quanto de dívidas a empresa possui com vencimento de curto prazo em relação ao endividamento total. A empresa apresentou um baixo indicador de endividamento no curto prazo no ano de 2015, sendo de 33%. De acordo com o aumento verificado na (AH) de 27,71% no Passivo Circulante, o endividamento no curto prazo do ano de 2016, aumentou para 39% do endividamento total.

3.5 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Tabela 6 - Indicadores de Rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade - 2015					
Margem Líquida	((45.246 / 3.564.422) * 100)	/	100	=	1,27%
ROI	45.246	/	4.666.751	=	1%
ROE	45.246	/	1.349.626	=	3%
Giro do Ativo	3.564.422	/	4.666.751	=	0,76
Indicadores de Rentabilidade - 2016					
Margem Líquida	((120.189 / 3.331.068) * 100)	/	100	=	3,61%
ROI	120.189	/	5.329.113	=	2%
ROE	120.189	/	1.793.609	=	7%
Giro do Ativo	3.331.068	/	5.329.113	=	0,63

Fonte: O autor.

A análise da margem líquida refere-se à verificação da obtenção de lucro sobre o valor das prestações de serviços líquidas, ou seja, o quanto está sendo recebido de lucro por meio desta geração de receita. A empresa apresentou no ano de 2015 o percentual de 1,27% sofrendo um aumento significativo no ano de 2016, obtendo um aumento para 3,61% de margem líquida sobre a receita líquida.

O indicador de rentabilidade sobre o ativo ou investimento (ROA ou ROI) mensura a capacidade da empresa em gerar lucros como também investimentos de uma forma geral. De acordo com a análise, a empresa teve um percentual de retorno em 2015 de 1% e conseqüentemente um aumento no ano de 2016 para 2%.

No indicador de rentabilidade sobre o PL ou retorno do capital próprio (ROE), se mensura o quanto que os sócios obtêm de retorno sobre os investimentos da empresa. Conforme análise, a empresa teve em 2015 o percentual de retorno de 3% tendo um aumento no ano de 2016 para 7%, sendo favoráveis os investimentos da empresa.

O indicador de giro do ativo apresenta a produtividade da empresa, ou seja, o quanto o ativo girou para obter recursos para fomentar sua atividade, no ano de 2015 a empresa obteve 0,76 e 0,63 em 2016 sendo possível observar que não houve nenhum giro de um ano para outro, e ainda havendo uma redução devido a queda de receita líquida de 2015 para 2016.

3.6 CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO OU CAPITAL DE GIRO

Tabela 7 - Índice de Capital de Giro

Capital de Giro - 2015			
Capital Circulante Líquido	1.367.317	- 1.088.625	= 278.692,00
Capital de Giro - 2016			
Capital Circulante Líquido	1.512.425	- 1.390.232	= 122.193,00

Fonte: O autor.

A empresa analisada, obteve em 2015 um capital de giro no valor de R\$ 278.692,00 e de R\$ 122.193,00 em 2016, apresentando um CCL positivo, ou seja, os recursos de longo prazo estão financiando o seu ativo circulante nos dois períodos analisados. A situação em que a empresa se encontra, proporciona uma folga financeira para a mesma, suas dívidas de curto prazo estão sendo abatidas pelo seu ativo circulante sem problema algum.

3.7 PARECER DA ANÁLISE

A empresa Energisa obteve um aumento em seu caixa e equivalentes caixa devido a rentabilidade em aplicações financeiras, o que proporcionou o investimento em seu ativo de investimento e liquidação de passivos. Foi possível observar que a empresa se prejudicou ao liquidar passivos de longo prazo, sendo que para ter uma folga maior poderia ser liquidado passivos de curto prazo. O passivo de curto prazo da empresa aumentou devido a encargos de dívidas e empréstimos/financiamentos, o que foi impactante nos indicadores financeiros da empresa, que conforme Tabela 4 foi possível verificar está redução.

O desempenho da empresa obteve melhora com a redução de custos de prestação de serviços e aumento das receitas financeiras, conforme visto na Tabela 3. A empresa está em uma fase de bom desenvolvimento econômico como pode ser visto na Tabela 6, em que suas margens estão tendo aumentos significativos para os sócios e para seus ativos. Para que se possa melhorar o giro do ativo da

empresa, deverá ser trabalhado ainda mais a redução dos custos ou o aumento de suas incorporações de redes privadas.

A empresa após assumir a concessão de energia elétrica com números negativos na contabilidade anterior, tem um crescimento relevante e linear constante, uma vez que os números desta pesquisa fornecem esses dados.

CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas nas demonstrações financeiras da empresa Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A, pode-se realizar algumas ponderações, que foi possível notar na redução de seu passivo não circulante, aumento no ativo circulante e demais investimentos rentáveis.

Os números apresentados nas pesquisas foram satisfatórios para entender os processos da empresa, financeiramente e economicamente, a mesma se encontra em situação favorável, sendo uma prestadora de energia elétrica privada apresentou bons indicadores. A liquidez imediata não foi o suficiente para cobrir suas dívidas de curto prazo, porém a empresa concentra suas obrigações em longo prazo e possui uma rentabilidade positiva, a empresa analisada não concentra seu recurso em caixa. Apesar da alta participação de terceiros, a concentração em curto prazo é a característica da eficiência que a empresa possui.

Para a atual vivência do profissional contábil, foi possível mostrar a análise financeira da empresa estudada, com indicadores conforme a sua realidade, pois a empresa opera com um prazo curto de recebimento dentro dos 90 dias. O que apresenta a real importância das análises das demonstrações contábeis. O trabalho de pesquisa foi satisfatório uma vez que respondida a pergunta que desencadeou o problema: “Qual é a situação econômica e financeira da empresa Energisa Mato Grosso S/A nos anos de 2015 e 2016?”. E assim foi possível alcançar os objetivos da pesquisa, uma vez que, foi realizada a análise financeira da empresa através dos dados apurados e as interpretações das informações por meio das buscas em bibliografias.

Através da pesquisa observou-se que a empresa realiza muitos investimentos com terceiros, desde a infraestrutura de subestações como o financiamento de obras e aprimoramentos, que trazem também uma rentabilidade aos sócios acionistas. A partir deste trabalho, cria-se novas oportunidades de pesquisa a outros usuários, a empresa elabora muitas outras informações contábeis que podem ser exploradas, possui um porte elevado e com uma economia de suma importância para o estado.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Art. 176 LEI No 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. **Art. 186 § 2º da Lei nº 6.404/76**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 25 maio 2017.

_____. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 27 maio 2017.

_____. **CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. **CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 30 maio 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO/USP. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GERRA; Luciano. **A nova contabilidade: convergência ao padrão internacional**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SZUSTER, Natan et al. **Contabilidade geral**: introdução à Contabilidade Societária. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis**: estrutura e análise. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.